

Camas Separadas

Já que a parcela da sociedade que tem responsabilidade perante a nação não se mostra disposta a antecipar a séria discussão sobre as medidas de revisão constitucional para liquidar os focos de déficit público que realimentam a matriz da inflação entre os agentes econômicos, só há uma saída a curto prazo para assegurar a estabilidade econômica: apressar a independência do Banco Central do Executivo.

Este é o raciocínio das cabeças fora do poder, para o governo chegar a um entendimento prévio com o Congresso que imponha um freio no crônico processo de descontrole dos gastos públicos.

A revisão constitucional dos fatores mais evidentes de desequilíbrio orçamentário seria a forma de garantir um longo e duradouro superávit estrutural nas finanças públicas. A experiência internacional no combate aos processos inflacionários gerados a partir dos déficits orçamentários, indica que só a continuidade dos superávits faz a sociedade reverter as expectativas em relação à inflação.

O exemplo da economia brasileira no ano passado foi sintomático. Houve uma substancial inversão do déficit público. Mas ele ficou restrito basicamente às finanças da União, graças à cobrança inicial do IOF sobre as aplicações congeladas em 15 de março, e à antecipação do pagamento de impostos (que também beneficiou estados e municípios) para o saque dos cruzados novos congelados até 18 de maio.

No segundo semestre, começou a minguar a arrecadação tributária, e os governos estaduais em fim de mandato começaram a gastar a rodo, pressionando a inflação e comprometendo o orçamento global do setor público brasileiro para 1991. Agora, sem a mágica de arrecadação extra e a corrosão dos recursos de origem fiscal causada pelo fim da indexação dos impostos, restou ao governo encurtar os prazos dos contribuintes e protelar ao máximo os gastos para evitar novos déficits.

Nada disso assegura a garantia de superávits fiscais continuados, que formam a base dos planos de estabilização econômica bem-sucedidos. É que, ape-

sar das limitações constitucionais à criação de impostos no próprio exercício fiscal, sempre haverá um resíduo de déficit público a ser financiado com o endividamento interno ou a emissão monetária. Ou seja, as políticas fiscais e monetárias acabam se misturando.

O controle das finanças públicas avançou de forma extraordinária nas últimas três décadas, em especial nos últimos cinco anos. Até 1964, o déficit orçamentário era automaticamente financiado pela emissão monetária produzida pelos créditos do Banco do Brasil ao Tesouro. A criação do Banco Central, em 65, alterou a relação incestuosa. Mas, diante da sua subordinação ao Executivo, continuou sendo automático o financiamento do déficit, embora de forma mais sofisticada.

A Constituição proíbe o Banco Central de emprestar ao Tesouro. Mas, apesar da separação formal entre as contas do Tesouro, Banco Central e Banco do Brasil, no final de 1988, quando foi congelada a famosa conta de movimento do Tesouro Nacional no Banco do Brasil, a rolagem diária da dívida pública pela mesa de *open market* do Banco Central é altamente permeável ao financiamento automático do Tesouro.

Enquanto essa limitação não for real (possível com a independência do Banco Central), o Brasil nunca saberá o tamanho do rombo fiscal, pelo excesso de gastos sobre a receita, nem terá consciência da necessidade de frear os gastos para evitar novos impostos.

Nos Estados Unidos, onde o presidente do Federal Reserve é indicado pelo Executivo, a nomeação depende do Congresso, os mandatos não são coincidentes com a troca da administração, a separação vigora há anos e é exercida de fato. Quem não se lembra da independência de Paul Volcker, determinando uma alta sem precedentes nas taxas de juros no final dos anos 70 para frear (com sucesso) a inflação, diante da incapacidade do Tesouro americano de reduzir seus déficits?